

Sobre os fundos da CEE

Como se sabe, a diplomacia portuguesa está bastante empenhada na aprovação da proposta da Comissão Europeia, de aumentar os fundos destinados às economias menos desenvolvidas da Comunidade. Se as negociações em curso chegarem a bom termo, o nosso país vai receber mais dinheiro e o Estado português vai participar menos.

O assunto tem sido, como se sabe, politicamente fértil e tem dado azo às mais diversas opiniões. Mas, quanto a nós, nem sempre o problema tem sido analisado da melhor maneira. Tem-se argumentado que os fundos são "mal geridos", que estarão a "encher os bolsos dos oportunistas" ou que não estarão a contribuir para o desenvolvimento do país. Mas, uma vez que o dinheiro vem barato e que o Estado português tem uma participação baixa, há também quem afirme que o importante é conseguir gastar ao máximo os fundos que a Comunidade coloca à disposição do país.

Ora, mesmo que não houvesse participação nacional, tal não significava que a política de maximização de fundos comunitários fosse desejável. A nosso ver, *mais fundos mal geridos é pior do que menos fundos.*

Num contexto em que a política monetária está comprometida com o objectivo de desinflação, qualquer acréscimo da despesa interna dará lugar, mais tarde ou mais cedo, a um aperto adicional da política monetária e a uma correspondente subida da taxa de juro. Isto significa que cada projecto aprovado conduz a um sacrifício de oportunidades em outros sectores da economia. Tendo isto em conta, o custo relevante para avaliar os projectos co-financiados pela Comunidade não deve ser a taxa de juro efectivamente paga, que é baixa devido à participação. Deve antes ser a taxa de juro de mercado, pois é esta que melhor traduz a rentabilidade dos investimentos alternativos que deixaram de se realizar.

Havendo um custo financeiro baixo nos projectos co-financiados, não há incentivo para que a afectação dos recursos se efectue de forma eficiente. Podem aparecer projectos atractivos do ponto de vista privado que, no entanto, seriam recusados se na sua avaliação se tomasse em conta o custo que eles

representam para a economia em geral. Por outras palavras, o sistema incentiva o aparecimento de projectos com valor social líquido negativo.

Seria, pois, desejável, que, em lugar de se apressar na tentativa de maximizar o valor das transferencias comunitárias, o Governo procurasse aumentar a selectividade na aprovação dos projectos. Por forma a que os subsídios sejam atribuídos a projectos com valor social superior ao privado e não ao contrário. Nessa matéria, a trajectória recomendável é claramente no sentido de menos quantidade e mais qualidade.

Miguel Lebre de Freitas

"Princípios"

Revista Valor, Abril de 1992